

O presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, lançou ontem uma nova idéia: o presidente da comissão representativa — que teria atribuições de Poder Legislativo ordinário durante o funcionamento da Assembléia Constituinte — seria o vice-presidente constitucional da República. Por essa proposta, o presidente da Assembléia Constituinte teria dedicação exclusiva, não se afastando de suas funções para substituir eventualmente o presidente Sarney.

Indagado sobre se pretendia presidir a Assembléia Constituinte ou a comissão representativa, Ulysses com um toque de ironia, respondeu: "O meu nome é lembrado, frequentemente, para presidente da República, para governador de São Paulo e agora, para presidente da Constituinte. Apesar de não estar disputando nada, isso me preocupa. E a preocupação dos amigos me inquieta. Quando a gente é lembrado para tanto lugar assim, acaba não tendo nenhum".

Visivelmente cansado depois de não dormir de quinta para sexta-feira, quando se dedicou a mobilizar senadores para a nova votação da emenda da Constituinte, Ulysses estava também aliviado: "O Congresso devia a Constituinte à sociedade. O País exigia isso há tempos e por isso mesmo desde outubro nosso trabalho vinha sendo feito no sentido de todos votarem a emenda Sarney".

O presidente do PMDB e da Câmara, a todos os senadores a quem pediu para votar, dizia que o assunto "interessava ao País, à democracia, envolvendo o prestígio da instituição parlamentar, transcendendo muito a qualquer partido político". Ele fez questão de destacar a colaboração do PDS, citando os líderes Prisco Viana e Murilo Badaró e o presidente do partido, Amaral



Muita discussão no Congresso...

Peixoto. "O PDS teve um comportamento elogiável, de alto espírito cívico. O partido tomou uma atitude em benefício do País."

Na madrugada, 23 senadores deixaram de votar, dificultando o **quórum** de dois terços. À tarde, porém, votaram 55 senadores. Do boicote da madrugada ao apoio vespertino muitos apelos foram feitos. Ulysses: "Disse a cada um dos senadores que a aprovação da convocação da Assembléia Constituinte era o melhor caminho, a favor do País. As divergências existentes devem ser examinadas e resolvidas ao longo do caminho. Os pontos polêmicos, as inquietudes, principalmente em relação ao Senado, serão todos examinados com seriedade e profundidade. As conversas vão continuar. Essas coisas não se fixam pelo horário, pelo tempo".

Os pontos são vários. Como será exercido o Poder Legislativo ordinário? A Constituinte será exclusiva? Câmara e Senado terão as atribuições previstas na Constituição? O presidente do PMDB reconheceu que as dúvidas existem e terão de ser resolvidas "por todos, pelas lideranças, pelos

Uma noite de muito trabalho. (Mas Ulysses não pára e tem uma nova sugestão.)

Flamarion Mossri/Sônia Costa/Celso Rosa



... mas a Constituinte está aprovada.

parlamentares, pelos partidos e com o apoio de juristas".

Pelos comentários, haveria duas opções: funcionamento de quatro corpos legislativos, simultaneamente em horários distintos — Câmara, Senado, Congresso e Constituinte — ou funcionamento exclusivo da Constituinte, com a criação de uma comissão especial representativa, de deputados e senadores, para atuar como Poder Legislativo ordinário.

O presidente dessa comissão, segundo Ulysses Guimarães, seria o substituto eventual do presidente da República, evitando, assim, que o presidente da Assembléia Constituinte se afastasse de seu cargo, sempre que necessário, para substituir o presidente da República.

"Se caminharmos por aí, poderemos ter uma solução. Mas tudo terá de ser amplamente discutido no momento oportuno", declarou Ulysses. O líder do PDS, deputado Prisco Viana, informou que todos os partidos se reunirão para decidir as questões polêmicas, incluindo a criação da comissão especial representativa — se pelo atual

Congresso ou se pela Assembléia Constituinte.

Confusão

Todas essas questões em aberto mereceram do deputado Mateus Schmidt (PDT-RS) uma definição lacônica: "Virou uma tremenda confusão". Schmidt disse que "ninguém entendeu os textos votados" e condenou a pressa com que se procedeu à aprovação. Para ele, a votação deveria ser realizada só no começo do ano que vem, mas a Aliança Democrática e "especialmente o PMDB se apressaram para criar um fato consumado, com o temor de que surja uma campanha pela eleição direta para presidente da República".

O deputado insistiu em notar que, embora aprovada a emenda, "o quadro que se deu-se indefinido, pois ninguém sabe se a Constituinte é exclusiva ou congressional, se dela participarão os senadores eleitos em 82 ou não". Embora haja interpretações de que será exclusiva, em virtude da retirada da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" do substitutivo Giavarrina, Mateus Schmidt está certo de que a

Assembléia será congressional, "já que permanece em vigor o texto atual da Constituição, que diz que existem a Câmara e o Senado e define suas funções".

Também o deputado Rubens Ardenghi (PDS-RS) previu que "haverá confusão na interpretação do texto" e igualmente condenou a votação agora. Ardenghi defendeu que a convocação da Constituinte "deveria estar de acordo com as manifestações da sociedade, ou seja, ser exclusiva, com os constituintes se limitando à elaboração da Constituinte, sendo, após concluído o trabalho, dissolvida". O deputado gaúcho concluiu que "o governo propositalmente quer deixar o quadro confuso para se manter no poder por seis anos".

O PT, de sua parte, distribuiu nota oficial de sua liderança na Câmara repudiando "o modo como a maioria do Congresso impôs, à revelia da Nação, a Constituinte congressional". Segundo os petistas, a maioria dos parlamentares negou-se a admitir alterações no texto original da proposta de convocação, recusando todas as fórmulas no sentido de aumentar a participação popular na Constituinte.

Mas o líder do PFL no Senado, o gaúcho Carlos Chiarelli, resumiu sua opinião de modo contrário. "Valeu o esforço", disse Chiarelli, contando que até o presidente José Sarney se empenhou pessoalmente, embora fazendo questão de preservar a liberdade individual de cada senador, em procurar "segurar" parlamentares em Brasília e chamar de volta os que já tinham viajado. Sarney fez pelos menos três gestões pessoais, ao pedir aos senadores Albano Franco (PFL-SE), Cid Sampaio (PFL-PE) e Nivaldo Machado (PFL-PE), que viajariam com ele ao Nordeste, para que ficassem e garantissem seu voto para a aprovação da emenda.